



## Os precedentes obrigatórios no Direito Processual Civil brasileiro: uma necessidade

**Autor: André Luís Charan**

Juiz Federal Substituto

publicado em 17.12.2014

[\[enviar este artigo\]](#) [\[imprimir\]](#)

### Resumo

O presente artigo objetiva analisar o tema dos precedentes judiciais obrigatórios no direito processual brasileiro, partindo de seu desenvolvimento nos ordenamentos de tradição jurídica do *common law*, passando pela aproximação desse sistema com o *civil law*, pelos motivos que geraram essa inter-relação e por seus efeitos na legislação processual civil brasileira, bem como pelos argumentos favoráveis e desfavoráveis à implantação do instituto no projeto de lei do novo Código de Processo Civil.

**Palavras-chave:** Precedente judicial obrigatório. *Common law* e *civil law*. Evolução do ordenamento jurídico. Mudanças legislativas. Necessidade.

**Sumário:** Introdução. 1 Precedentes, Estado de Direito e segurança jurídica. 2 O *civil law*, o *common law* e os precedentes judiciais. 3 Aproximação dos modelos do *civil law* e do *common law*. 3.1 Constitucionalismo, Estado Social, pós-modernismo e novas técnicas legislativas. 3.2 Novo papel da magistratura. 4 Alterações legislativas influenciadas pela força dos precedentes. 5 Reação da doutrina em relação à força obrigatória dos precedentes. Conclusão. Referências.

### Introdução

O presente artigo tem por objetivo realizar um estudo sobre o tema dos precedentes judiciais obrigatórios e sua atual influência no direito processual civil pátrio.

Trata-se de temática que tem ganhado espaço na doutrina brasileira, ocupando páginas e mais páginas de estudos e publicações, e vem sendo apresentada como uma possível e real solução para o maior problema enfrentado pelo Poder Judiciário contemporâneo: o excesso de processos.

Entretanto, algumas vozes contrárias têm tecido severas críticas ao uso do instituto no Brasil, em especial sob o argumento de que inserir um expediente concebido tipicamente sob o ponto de vista da tradição do *common law*, por meio de edição legislativa, não seria suficiente para resolver o problema da quantidade de processos, e de que tampouco tal instituto teria a mesma aplicação e a mesma eficácia no âmbito do direito pátrio.

A ideia dos precedentes obrigatórios foi encampada pela comissão de juristas que elaborou a proposta do novo Código de Processo Civil, sendo que a doutrina já noticia que a maior alteração e quebra de paradigma com o sistema processual anterior seria justamente o **efeito vinculante dos precedentes**.

Conforme as lições do professor Jaldemiro Rodrigues de Ataíde Jr., publicadas em

recente

artigo,

“Há quase vinte anos, o Direito brasileiro vem caminhando rumo a um sistema de precedentes. É inegável que no Brasil anuncia-se um novo processo, que põe em destaque o caráter paradigmático das decisões dos tribunais superiores e se volta a solucionar com maior segurança jurídica, coerência, celeridade e isonomia as demandas de massa, as causas repetitivas, ou melhor, as causas cuja relevância ultrapassa os interesses subjetivos das partes. **Não é por acaso que o efeito vinculante e a possibilidade de eficácia prospectiva dos precedentes são considerados por muitos como duas das principais inovações do projeto do novo Código de Processo Civil.**”(1) (destaquei)

No mesmo sentido Bruno Dantas:

“O projeto do novo Código de Processo Civil procurou enfrentar dois dos maiores males que afligem atualmente a sociedade brasileira na seara jurídica: a fragmentação e a instabilidade da jurisprudência. Em diversos pontos, o projeto revela verdadeira mitigação do rígido modelo de *civil law* que tradicionalmente conhecemos, aproximando-se em razoável medida da família do *common law*.”(2)

O presente estudo, que não possui qualquer intenção de esgotar o tema, terá como ponto de partida a origem dos precedentes vinculados: o *common law*. Será necessário também fazer uma análise comparativa entre os dois grandes sistemas jurídicos – *civil law* e *common law* –, bem como apurar as causas que levaram à recente aproximação desses dois macromodelos de sistemas judiciais.

Após, um capítulo conterà as alterações legislativas que foram nitidamente influenciadas pela ideia de precedentes obrigatórios, bem como a forma como a matéria foi tratada no projeto de lei que institui o novo Código de Processo Civil. Ao fim, discutir-se-á a reação que o tema despertou nos estudiosos favoráveis e desfavoráveis à abordagem normativa do assunto, as vantagens do modelo e se ele realmente poderá aprimorar o nosso sistema processual e desafogar o Poder Judiciário.

## 1 Precedentes, Estado de Direito e segurança jurídica

O sistema de precedentes judiciais foi pensado justamente como uma forma de garantir a segurança jurídica no âmbito dos Estados de tradição do *common law*.

Diferentemente do *civil Law*, que buscou, de início, garantir a segurança jurídica pelas leis escritas editadas por um parlamento dotado de supremacia, o *common law* afastou o arbítrio do Rei e do Parlamento por meio dos precedentes emanados do Judiciário, com força vinculativa.

O Estado de Direito, segundo o saudoso professor Roberto Lyra Filho, citado por Inocêncio Mártires Coelho, “é aquele Estado que tem limites e fundamentos definidos pelo Direito”.(3)

A ideia mais conhecida de Estado é a de uma sociedade politicamente organizada. Já o Direito seria um conjunto de normas que regem a vida de uma sociedade determinada no tempo e no espaço.

Ao harmonizar os dois conceitos acima, Paulo Brava Galvão conceitua Estado de Direito:

“Ao lado da ideia básica de submissão ao império da lei, traço característico do liberalismo, acrescenta-se, então, ao Estado o componente racional, a indicar que, além das limitações que eram impostas aos seus direitos, o Estado deveria organizar-se e atuar segundo os princípios da razão.”(4)

O Estado de Direito tem como principal alicerce a segurança jurídica, configurando uma limitação ao próprio exercício do poder e da polícia estatal, em razão de o Estado ser tradicionalmente visto como inimigo da liberdade, em decorrência dos abusos e excessos cometidos pelos monarcas despóticos do Antigo Regime. No domínio dessa sociedade politicamente organizada, o próprio Estado se sujeitaria aos limites estabelecidos nas normas por ele editadas.

Cuida-se, em verdade, de uma conquista. Pablo Lucas Verdú, citado por Inocêncio Mártires Coelho, assim leciona:

“O Estado de Direito, em qualquer de suas espécies – Estado Liberal de Direito, Estado Social de Direito, Estado Democrático de Direito –, é uma conquista. Quero dizer que cada um deles se estabeleceu, ou tentou estabelecer-se, lutando contra estruturas de poder contrárias, a saber: Estado Liberal de Direito, frente ao Antigo Regime; Estado Social de Direito, contra o individualismo e o abstencionismo do Estado Liberal; Estado Democrático de Direito, contra as estruturas sociopolíticas do anterior: resquícios individualistas, neocapitalismo opressor, sistema estabelecido privilegiado.”(5)

A partir do momento em que a sociedade passou a sujeitar o próprio exercício do poder estatal aos limites estabelecidos em regras jurídicas escritas, claras e objetivas, isso trouxe maior segurança aos indivíduos.

Portanto, a segurança jurídica possui vinculação umbilical com a ideia de Estado de Direito. Consoante as lições do professor Luiz Guilherme Marinoni, “a segurança jurídica, vista como estabilidade e continuidade da ordem jurídica e previsibilidade das consequências jurídicas de determinada conduta, é indispensável para a conformação de um Estado que pretenda ser ‘Estado de Direito’”.(6)

Denota-se que, em verdade, a segurança jurídica é uma forma de garantia e concretização da própria ideia de Estado de Direito, a “doutrina considera a segurança jurídica como expressão do Estado de Direito, conferindo àquela a condição de subprincípio concretizador do princípio fundamental e estrutural do Estado de Direito”.(7)

No que tange à ideia de segurança jurídica e concretização do Estado de Direito, são nítidas as diferenças decorrentes do desenvolvimento do *civil law* e do *common law* nos contextos histórico-sociais da França e da Inglaterra.

## **2 O *civil law*, o *common law* e os precedentes judiciais**

Não é unânime no âmbito doutrinário a divisão dicotômica dos ordenamentos jurídicos de tradição do *civil law* e do *common law*. Isso porque existem diferenças encontradas dentro dos próprios sistemas vinculados ao *civil law*, bem como dos sistemas do *common law*.

Contudo, para os fins do presente artigo, o entendimento majoritário que distingue os dois grandes sistemas sob o aspecto de seu desenvolvimento histórico e das macrodistinções ajudará na compreensão do tema.

É de conhecimento que as diferentes formas de pensar e organizar o direito nesses dois sistemas têm suas razões na origem e no desenvolvimento histórico de cada um.

O *civil law* teve sua gênese na França pós-revolucionária (1789) e foi marcado como um nítido movimento de contraposição ao Antigo Regime. A revolução teve como pressupostos acabar com as arbitrariedades praticadas de forma reiterada pelos monarcas.

O meio de extinguir os abusos foi justamente por meio da edição de leis que limitariam o próprio poder estatal, como também limitariam a atuação dos

magistrados, destituídos de qualquer margem para atividade interpretativa. Trata-se, em verdade, de uma atuação de cunho meramente declaratório, na expressão já conhecida do “juiz como a boca da lei”.

Dessa forma, monarquia e magistratura estariam sujeitas ao império das leis, que por sua vez, seriam editadas por um parlamento soberano.

O Estado Liberal clássico foi marcado pela edição dos direitos fundamentais de primeira geração, como os direitos civis e políticos, insculpidos em diversos documentos históricos, sempre com a marca de limitar o poder do Estado: a Magna Carta de 1215, do rei João Sem Terra, a Paz de Westfália (1648), o Habeas Corpus Act (1679), a Bill of Rights (1688), a Declaração de Direitos Americana (1776) e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) previam direitos negativos, obrigações de não-fazer.

Segundo Pedro Lenza, “Mencionados direitos dizem respeito às liberdades públicas e aos direitos políticos, ou seja, direitos civis e políticos a traduzirem o valor de liberdade”.<sup>(8)</sup>

Em estudo específico e aprofundado sobre as tradições do *civil law* e do *common law*, Jaldemiro Rodrigues de Ataíde Jr. assim elucida:

“A formação e o desenvolvimento do *civil law* foram fortemente marcados pelo contexto histórico vigente na França pré-revolucionária, onde os membros do Judiciário francês constituíam uma classe aristocrática, não apenas sem qualquer compromisso com os valores da igualdade, da liberdade e da fraternidade, como ainda mantendo laços visíveis e espúrios com outras classes, especialmente com a aristocracia feudal, em cujo nome atuavam sob as togas. **Em virtude da fundada desconfiança nutrida nos juízes franceses da época foi que se pretendeu alcançar a segurança jurídica no texto da lei, derivando daí os dogmas da lei, o da estrita separação dos poderes e o do juiz como a *bouche de la loi* (boca da lei).**”<sup>(9)</sup> (destaquei)

Mais adiante, resume a subordinação dos juízes à força das leis emanadas do Parlamento:

“Com a Revolução Francesa, o Parlamento assumiu o poder quase absoluto, criou um novo direito e subjugou o Judiciário, proibindo-o de interpretar as leis e até mesmo de executar suas decisões, tarefa que ficaria a cargo do Executivo. A supremacia do Parlamento, na França, foi vista como sujeição do juiz à lei e ao Legislativo, uma vez que a magistratura, por não merecer a confiança dos setores a partir de então dominantes, foi proibida de interpretar as leis, para não distorcê-las e, assim, frustrar os objetivos do novo regime, que tinha o novo Direito como imprescindível para a realização dos escopos da Revolução Francesa.”<sup>(10)</sup>

Por sua vez, o *common law* se desenvolveu na Inglaterra de maneira paulatina e gradual, não havendo uma ruptura histórica definida em um marco temporal. No contexto britânico, não existiu a desconfiança dos juízes como no *civil law* e, assim, restou desnecessário o dogma da lei e a supremacia do Parlamento.

No direito inglês, o Parlamento e a própria Monarquia tradicionalmente respeitavam as decisões e os precedentes judiciais, conforme doutrina Luiz Guilherme Marinoni:

“A Revolução Gloriosa de 1688, correspondente inglês da Revolução Francesa, jamais teve a pretensão de criar um novo Direito, de anular os poderes dos juízes e subjugá-los ao Legislativo. Muito pelo contrário, pautou-se pela afirmação do *common law* contra o rei e seus princípios davam ao Judiciário condição para controlar os atos legislativos, já que o Parlamento, embora supremo diante do monarca, também se encontrava submetido ao *common law*. (...)”

Diversamente do que ocorreu na França, na Inglaterra, não houve clima para desconfiar do Judiciário ou para se supor que os juízes se posicionariam em favor do rei ou do absolutismo. Também por esses motivos não houve necessidade de criar e impor o dogma da aplicação restrita da lei; não se precisou negar a natureza das coisas, impedindo a interpretação das leis. O juiz inglês, tradicionalmente, ia muito além da interpretação das leis, extraía direitos e deveres, a partir do *common law*.”(11)

Assim, na Inglaterra, os juízes tiveram papel essencial na própria consolidação do modelo do *common law* e dos precedentes. “Por todos esses fatores foi que se inferiu, no *common law*, que a segurança só poderia ser obtida mediante o *stare decisis*; enquanto o *civil law* permaneceu preso à ideia de garantir a segurança no texto da lei”.(12)

### 3 Aproximação dos modelos do *civil law* e do *common law*

No Brasil, a aproximação dos sistemas do *civil law* e do *common law* decorreu do próprio desenvolvimento do ordenamento jurídico após a promulgação da Constituição Federal de 1988, no momento denominado de pós-positivismo.

O movimento do constitucionalismo e a ideia de Estado Social, somados às novas técnicas legislativas dos conceitos jurídicos indeterminados e das cláusulas gerais, às demandas de massa, ao novo papel do STF no controle difuso de constitucionalidade e à alteração do papel do julgador, foram fatores que influenciaram essa aproximação.

#### 3.1 Constitucionalismo, Estado Social, pós-modernismo e novas técnicas legislativas

O constitucionalismo foi responsável pelo rompimento do dogma da legalidade, na medida em que as ideias da supremacia da Constituição e da força normativa de seus princípios substituíram a legalidade e passaram a permear toda interpretação e aplicação do direito:

“O constitucionalismo provocou profundas transformações no *civil law*, aproximando-o bastante do *common law*. É que, a partir do momento em que a lei perdeu a supremacia, submetendo-se à Constituição, a atividade do juiz das famílias romano-germânicas se tornou bem parecida à dos seus colegas ingleses e norte-americanos, que controlam a lei a partir do *Common Law* e da Constituição, respectivamente.”(13)

Desse movimento surgiram algumas vertentes, entre elas o neoconstitucionalismo. O professor Daniel Sarmento assim o explica:

“O Direito brasileiro vem sofrendo mudanças profundas nos últimos tempos, relacionadas à emergência de um novo paradigma tanto na teoria jurídica quanto na prática dos tribunais, que tem sido designado como ‘neoconstitucionalismo’. Essas mudanças, que se desenvolvem sob a égide da Constituição de 88, envolvem vários fenômenos diferentes, mas reciprocamente implicados, que podem ser assim sintetizados: (a) reconhecimento da força normativa dos princípios jurídicos e valorização da sua importância no processo de aplicação do Direito; (b) rejeição ao formalismo e recurso mais frequente a métodos ou ‘estilos’ mais abertos de raciocínio jurídico: ponderação, tópica, teorias da argumentação etc.; (c) constitucionalização do Direito, com a irradiação das normas e dos valores constitucionais, sobretudo os relacionados aos direitos fundamentais, para todos os ramos do ordenamento; (d) reaproximação entre o Direito e a Moral, com a penetração cada vez maior da Filosofia nos debates jurídicos; e (f) judicialização da política e das relações sociais, com um significativo deslocamento de poder da esfera do Legislativo e do Executivo para o Poder Judiciário.”(14)

Aqui, é imperioso ressaltar que os precedentes judiciais vêm ganhando cada vez mais espaço na jurisdição brasileira, por força da evolução e da alteração do perfil do nosso sistema jurídico.

A ideia de um ordenamento jurídico completo e fechado, com a previsão antecipada de toda e qualquer situação fática em normas detalhadas e específicas, cedeu lugar às cláusulas gerais e aos conceitos jurídicos indeterminados.

Já foi visto que, após a Revolução Francesa, como nítida oposição ao Antigo Regime e às arbitrariedades perpetradas pela monarquia despótica, buscou-se limitar o poder do Estado por meio da edição de leis, com base no princípio da legalidade e na máxima da supremacia do Parlamento.

Para além desse panorama, por força da proximidade dos magistrados com a aristocracia, relações marcadas nas mais diversas vezes por serem espúrias e imorais, por meio das quais juízes defendiam interesses das minorias dominantes, buscou-se também limitar a atuação dos julgadores. A forma adotada foi justamente a de limitar a atuação jurisdicional, condicionando-a a mera declaração das disposições legais.

A supremacia do Parlamento e a legalidade tinham sua essência na limitação do exercício do poder Estatal, seja pelo Poder Executivo, que se limitaria a cumprir a lei no âmbito da Administração, seja o pelo próprio Poder Judiciário, o qual foi destituído de qualquer capacidade hermenêutica, devendo apenas declarar o conteúdo das leis.

Ocorre que a sociedade evoluiu, e esse contexto histórico, social, político, econômico e cultural encontra-se há tempos superado. O Estado tipicamente liberal, focado na primazia do Poder Legislativo (Estado legalista ou legicêntrico), perdeu espaço para o fortalecimento do Poder Executivo.

A Revolução Industrial, marcada pelas desigualdades sociais e pelas péssimas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores que migravam do campo para as cidades, justificou a criação de direitos positivos pelo Estado. Ou seja, surgiu a conhecida segunda fase dos direitos fundamentais, os direitos de prestação/obrigação de fazer. E, como essas prestações foram materializadas por meio de políticas públicas, acabaram deixando o Poder Executivo em maior evidência.

Com a pós-modernidade, marcada pela globalização, pelas revoluções na tecnologia da informação e na comunicação e pela intensificação do comércio internacional, do consumo de massa e da troca de informações em larga escala com uma extraordinária velocidade, os poderes constituídos e as instituições viram-se diante de uma situação de dificuldade para fazer com que o ordenamento jurídico acompanhasse tais mudanças sociais.

A legislação tradicional não conseguiu acompanhar o ritmo intenso das transformações sociais, surgindo, então, a necessidade de se pensar novas técnicas legislativas para minimizar a constante desatualização dos textos normativos.

A descodificação e a técnica das normas gerais, que tem como espécies os conceitos jurídicos indeterminados e as cláusulas gerais, passam a ser adotadas pelo Poder Legislativo.

A edição de textos normativos com regras específicas passa a não mais acompanhar as instantâneas transformações sociais e a se desatualizar rapidamente. A codificação, marcada pela completude sistêmica, cede espaço para normas específicas sobre determinados temas. A doutrina chama o processo de descodificação, com a edição de blocos normativos sobre temas específicos, como a legislação da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), a do Consumidor (Lei 8.078/90), o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), a do Idoso (Lei

10.741/03). Vários microssistemas, influenciados e embasados nas diretrizes constitucionais, foram instituídos.

Sobre a descodificação, faz-se mister trazer à colação o entendimento do professor Gustavo Tepedino, que preconiza, *in verbis*:

“É o processo de descodificação do direito civil, com o deslocamento do centro de gravidade do direito privado, do Código Civil, antes um corpo legislativo monolítico, por isso mesmo chamado de monossistema, para uma realidade fragmentada pela pluralidade de estatutos autônomos. Em relação a estes, o Código Civil perdeu qualquer capacidade de influência normativa, configurando-se um polissistema, caracterizado por um conjunto crescente de leis como centros de gravidade autônomos e chamadas, por conhecida corrente doutrinária, de microssistemas.”(15)

O uso das cláusulas gerais e dos conceitos jurídicos indeterminados passa a ser uma alternativa para viabilizar a atualização constante do ordenamento jurídico frente às alterações da realidade. Sabrina Dourado França Andrade explica os conceitos de forma breve e objetiva:

“A cláusula geral constitui uma técnica legislativa característica da segunda metade deste século, época na qual o modo de legislar casuisticamente, tão caro ao movimento codificatório do século passado, que clamava por uma lei ‘clara, uniforme e precisa’, foi radicalmente transformado, e (...) tem o intuito de propiciar uma adaptação entre o sistema jurídico calcado em normas de conteúdo rígido e uma realidade cambiante a requerer respostas mais ágeis para a solução dos conflitos sociais.”(16)

A legislação editada sob a égide do Estado Liberal clássico não se utilizava desse expediente, em especial, conforme já sustentado, pelas desconfianças decorrentes do alto grau de discricionariedade conferido ao Poder Judiciário para concretizar tais normas.

Todavia, com o movimento constitucional e o enfraquecimento dessa cultura de que os juízes não julgavam com imparcialidade e estavam contaminados pelos interesses de classes determinadas, abriu-se espaço para tais técnicas. Gustavo Tepedino, no estudo já citado, assim sintetiza:

“Pode-se dizer, em conclusão, que uma reforma legislativa, na atual experiência brasileira, só se justifica com adoção de princípios normativos e de cláusulas gerais que não sejam meras estruturas formais e neutras, mas vinculados a critérios expressamente definidos, que expressem a tábua de valores da sociedade, consagrada na Constituição.”(17)

O Poder Judiciário, sensível a esse novo cenário social, ganha cada vez mais evidência, pelo papel do juiz de primeiro grau de jurisdição de concretizar os princípios constitucionais, dotados de larga carga axiológica, que permeiam as cláusulas abertas e os conceitos jurídicos indeterminados.

Assume, então, uma posição de centro no Estado Democrático de Direito, no que alguns chegam a chamar de um Estado de juízes ou “Judiciocracia”. Isso porque, “diante do gigantismo dos Poderes Legislativo e Executivo, não restou outra alternativa ao Judiciário, tanto do *civil law* quanto do *common law*, que não fosse tornar-se o terceiro gigante, capaz de controlar o legislador e o administrador, por meio da Constituição.”(18)

### **3.2 Novo papel da magistratura**

Como já mencionado, a aplicação dos princípios constitucionais, normas abertas e de forte conteúdo valorativo, e o preenchimento dos conceitos jurídicos indeterminados e das cláusulas abertas alteraram substancialmente o papel

exercido pelos juízes.

Ainda, as demandas coletivas para tutela de direitos de massa, as inovações do controle de constitucionalidade com a ideia de objetivação do controle difuso, a doutrina da “transcendência dos motivos determinantes”, a intervenção do Judiciário nas políticas públicas – ativismo judicial –, entre outros, deram maior destaque ao Poder Judiciário.

Da mera declaração do conteúdo dos textos legais (boca da lei) vigente no Estado Liberal clássico, passam os magistrados a concretizar todo o ordenamento jurídico sob o enfoque da interpretação conforme a Constituição, em uma nítida atividade criadora do direito, em contraposição à antiga teoria declaratória da atividade judicial.

O perfil do julgador brasileiro adquire os contornos da magistratura do *common law*:

“Tão relevante foi o magistrado inglês para a consolidação do *common law* que se tornou usual a expressão *judges make law*. No entanto, apesar da expressão *judges make law*, o poder do juiz era o de afirmar o *common law*, o qual se sobreponha ao Legislativo, que, por isso, deveria atuar de modo a complementá-lo.”(19)

O paradigma da lei cede seu lugar para o paradigma do direito, assumindo o Judiciário o papel de protagonista na efetivação dos valores constitucionais.

E é justamente tendo em vista todo esse cenário de mudanças no sistema jurídico do Estado Democrático e Constitucional de Direito que deve ser abordado o tema dos precedentes judiciais.

Neste ponto, é cabível trazer à baila o seguinte trecho da obra de **Marinoni e Mitidiero**:

“De um lado, a Constituição guarda os valores em que se funda a sociedade brasileira, constituindo a base axiológica de todo o ordenamento jurídico. Enuncia-os e coloca-os no plano jurídico, constituindo um sistema aberto de princípios, regras e postulados. De outro, à Constituição compete um papel unificador do Direito no Estado Constitucional. É sua função outorgar unidade ao Direito.”(20)

Ora, é fato que o Poder Judiciário, com a Constituição de 1988 e a utilização das técnicas legislativas das cláusulas abertas e dos conceitos jurídicos indeterminados, recebeu um incremento no exercício do poder de dizer o direito.

Entretanto, ao tempo em que esse novo modelo normativo amplia a discricionariedade judicial na aplicação das normas jurídicas, demandando um maior esforço na atividade intelectual, não se pode olvidar a necessidade de harmonizar essa atuação com os princípios constitucionais da segurança jurídica e da igualdade.

É que, no âmbito de um ordenamento formado por normas dotadas de indeterminação, abertura e elevada carga axiológica, corre-se o sério risco de cada julgador concretizar as cláusulas indeterminadas de forma diversa.

A consequência seria o tratamento de situações fáticas idênticas de maneira distinta do ponto de vista jurídico, situação manifestamente desastrosa e que vai de encontro aos valores constitucionais básicos do Estado de Direito: segurança e igualdade.

Nessa seara, ganha importância o tema dos precedentes vinculantes ou precedentes obrigatórios, uma vez que exerceriam justamente a **função de fixar diretrizes e balizas hermenêuticas dos comandos normativos**



**indeterminados, auxiliando os julgadores de primeira instância e garantindo uma aplicação uniforme e previsível do direito.**

E esse novo papel dos precedentes vem adquirindo espaço na própria evolução da legislação brasileira, conforme o próximo tópico.

#### **4 Alterações legislativas influenciadas pela força dos precedentes**

Denota-se da exposição feita no tópico anterior que a doutrina dos precedentes vinculantes conquistou seu espaço no direito brasileiro por força da evolução e da transformação do ordenamento jurídico.

Afasta-se, assim, a crítica reiteradamente apresentada de que o precedente seria um instituto do *common law* importado recentemente do direito norte-americano e inglês para resolver o problema do excessivo volume de processos que assola o nosso Judiciário.

As próprias alterações promovidas pelo Poder Legislativo, a seguir indicadas, evidenciam como a ideia da vinculação vertical e do respeito aos precedentes foi sendo valorizada e adotada no direito processual brasileiro.

De início, a Constituição Federal de 1988 não trouxe, em seu texto original, disposição expressa acerca dos precedentes vinculantes.

A Lei nº 8.038/90 instituiu, no art. 38, de forma ainda tímida, que o relator, no recurso extraordinário e no recurso especial, decidirá “o pedido ou o recurso que haja perdido seu objeto, bem como negará seguimento a pedido ou recurso manifestamente intempestivo, incabível, improcedente ou, ainda, que contrariar, nas questões predominantemente de direito, súmula do respectivo tribunal”.

O panorama constitucional foi alterado com a edição da EC nº 3/93, passando o art. 102, § 2º, da CF a contar com a seguinte redação: “As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo”.

Merece destaque a edição da Lei nº 9.756/98, que dispôs sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais, promovendo alterações que conferiram maior respeito e valorização aos precedentes nos arts. 120, 481, 544 e 557, todos do Código de Processo Civil:

**“Art. 120.** (...) Parágrafo único. Havendo jurisprudência dominante do tribunal sobre a questão suscitada, o relator poderá decidir de plano o conflito de competência, cabendo agravo, no prazo de cinco dias, contado da intimação da decisão às partes, para o órgão recursal competente.”

**“Art. 481.** (...) Parágrafo único. Os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário, ou ao órgão especial, a arguição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.”

**“Art. 544.** (...) § 3º Poderá o relator, se o acórdão recorrido estiver em confronto com a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, conhecer do agravo para dar provimento ao próprio recurso especial; poderá ainda, se o instrumento contiver os elementos necessários ao julgamento do mérito, determinar sua conversão, observando-se, daí em diante, o procedimento relativo ao recurso especial. (NR)”

**“Art. 557.** O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência

dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. (NR)

**§ 1º A** Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.”

São expedientes que visam compatibilizar as decisões judiciais e racionalizar a atividade judiciária. O relator tem o dever de julgar o recurso monocraticamente, preenchidos os requisitos inerentes à espécie, porque aí estará a prestigiar a autoridade dos precedentes e a patrocinar sensível economia processual.(21)

Após a mudança no paradigma constitucional – EC nº 3/93 –, foram editadas as Leis nos 9.868/99 e 9.882/99, que regulamentaram a ação direta de inconstitucionalidade – ADI, a ação direta de constitucionalidade – ADC e a arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF, todas com julgamento dotado de efeitos vinculantes, nos termos que seguem:

“Art. 28. (...) Parágrafo único. A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.”(22)

“Art. 10. (...) § 3º A decisão terá eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público.”(23)

Mas foi efetivamente com a edição da EC nº 45/04 – Reforma do Judiciário – e a criação da súmula vinculante no art. 103-A da CF que o tema dos precedentes obrigatórios ganhou contornos expressos no próprio texto da Lei Maior. Segue a redação do dispositivo criado:

“Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, **após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula** que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá **efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública** direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.  
**§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.**” (destaquei)

Após a EC nº 45/04, com a positivação do princípio da razoável duração do processo, diversas leis promoveram reformas processuais no sentido de ampliar a compatibilização vertical das decisões judiciais:

– **Lei nº 11.276/06** – súmula impeditiva de recursos – art. 518, § 1º, CPC: “O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal”.

– **Lei nº 11.277/06** – julgamento de improcedência *prima facie* de demandas repetitivas – Art. 285-A do CPC: “Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada”.

– **Lei nº 11.417/06** – regulamenta a edição, a revisão e o cancelamento de

enunciado de súmula vinculante.

– **Lei nº 11.418/06** – regulamenta a repercussão geral e a sistemática dos recursos repetitivos no recurso extraordinário – Art. 543-A, § 3º, do CPC: “O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo. (...) § 3º Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal”.

– **Lei nº 11.672/08** – sistemática do julgamento dos recursos repetitivos no recurso especial – art. 543-C do CPC.

A denominada súmula impeditiva de recurso valoriza o conteúdo dos enunciados sumulares do STJ e do STF, e a súmula vinculante editada pelo STF terá efeito obrigatório para os demais órgãos do Poder Judiciário e para a Administração Pública.

A mudança de feição do próprio sistema de controle de constitucionalidade em muito contribuiu para a elaboração da tese da “transcendência dos motivos determinantes no STF”, em verdadeiro movimento de abstração ou objetivação do controle difuso de constitucionalidade.

Segundo o STF, os fundamentos determinantes da decisão (*ratio decidendi*) passariam a ter efeito vinculante e seriam reproduzidos para resolução de casos semelhantes, o que, para muitos, significou a incorporação do *stare decisis* e do *binding effect*. Assim decidiu a Corte Constitucional no caso do Município de Mira-Estrela (RE 197.917/SP) e na progressão de regime na Lei dos Crimes Hediondos (HC 82.959/SP e Reclamação 4.335/AC).

No âmbito do STJ, o respeito aos precedentes também ensejou a proliferação de decisões sem base legal para determinar a suspensão de processos dos tribunais de segunda instância e dos próprios juízos singulares de primeiro grau em diversas situações.

Além dessas modificações realizadas e atualmente vigentes, o projeto de lei que institui o novo Código de Processo Civil (PL 8046), fortemente influenciado pela doutrina dos precedentes judiciais que conquistou seu destaque no Brasil após a CF de 1988, traz uma inovação paradigmática. Para muitos, a mais relevante mudança de padrão de toda a nova codificação encontra-se no artigo 882, que traça um novo perfil dos tribunais recursais, com expressa previsão do respeito aos precedentes, assim estabelecendo:

“Art. 882. Os tribunais, em princípio, velarão pela uniformização e pela estabilidade da jurisprudência, observando-se o seguinte:  
I – sempre que possível, na forma e segundo as condições fixadas no regimento interno, deverá editar enunciados correspondentes à súmula da jurisprudência dominante;

II – os órgãos fracionários seguirão a orientação do plenário, do órgão especial ou dos órgãos fracionários superiores aos quais estiverem vinculados, nesta ordem;

III – a jurisprudência pacificada de qualquer tribunal deve orientar as decisões de todos os órgãos a ele vinculados;

IV – a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores deve nortear as decisões de todos os tribunais e juízos singulares do país, de modo a concretizar plenamente os princípios da legalidade e da isonomia;

V – na hipótese de alteração da jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, pode haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica.

§ 1º A mudança de entendimento sedimentado observará a necessidade de fundamentação adequada e específica, considerando o imperativo de estabilidade

das relações jurídicas.  
§ 2º Os regimentos internos preverão formas de revisão da jurisprudência em procedimento autônomo, franqueando-se inclusive a realização de audiências públicas e a participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a elucidação da matéria.”

O receio dos Poderes Legislativo e Executivo acerca do engrandecimento do Poder Judiciário e do respeito aos precedentes foi tão grande que a proposta inicial foi alterada para constar no *caput* do art. 882 a expressão “em princípio”, a qual retira grande parte da força do novo modelo.

## 5 Reação da doutrina em relação à força obrigatória dos precedentes

Duas posições se firmaram a respeito da aplicação dos precedentes vinculantes no direito brasileiro: uma corrente favorável, defendida por autores como Luiz Guilherme Marinoni, Bruno Dantas e José Miguel Garcia Medina, e outra contrária, amparada por Nelson Nery Junior, Misabel Derzi, Thomas da Rosa de Bustamante e Teresa Arruda Alvim Wambier, entre outros.

Os argumentos defendidos em prol dos precedentes são a segurança jurídica e a redução de processos. Os precedentes vinculantes, ao consolidar a interpretação sobre um assunto, tornariam a aplicação do direito previsível, racionalizando o julgamento pelos juízes vinculados às cortes e reduzindo o ingresso de novos processos judiciais, uma vez que as partes já saberiam de antemão qual seria o resultado da pretensão.

Para **Marinoni**, “não é preciso pensar muito para concluir que os recursos infundados e abusivos, a violação do direito fundamental à duração razoável do processo e o atual estado de apatia do Poder Judiciário são meras consequências da falta de autoridade dos precedentes judiciais”.(24)

José Miguel Garcia Medina, em coautoria e com muita propriedade, advoga a seguinte tese:

“(...) a adoção de um regime de respeito aos **precedentes judiciais** justifica-se por diversas razões. Ele traz **segurança jurídica, previsibilidade, estabilidade, desestímulo à litigância excessiva, confiança, igualdade perante a jurisdição, coerência, respeito à hierarquia, imparcialidade, favorecimento de acordos, economia processual (de processos e de despesas) e maior eficiência**.”(25) (destaquei)

Por fim, **Marinoni**, em um raciocínio concatenado com a última transcrição, líquida com perfeição:

“(...) há que eliminar a falta de racionalidade e coerência instalada no sistema judicial, em que convivem decisões díspares – produzidas por um mesmo tribunal, colegiado ou julgador – para casos absolutamente iguais. É ocioso lembrar que isso nega a necessidade de coerência do direito, de segurança jurídica e de igualdade perante os atos estatais. Esquece-se de que fidelidade ao Estado de Direito requer que se evite qualquer variação frívola no padrão decisório de um juiz ou corte para outro, bem como de que a previsibilidade é um valor moral imprescindível para o homem poder se desenvolver.”(26)

A posição contrária, por seu turno, sustenta que o sistema de precedentes não deve ser aplicado por força da nossa tradição jurídica nacional do *civil law*. Argumenta que o Judiciário brasileiro não se encontra preparado para a aplicação de tal sistemática, tendo em vista que a aplicação de uma doutrina de precedentes é muito mais complexa do que aquilo que hoje se visualiza na prática processual nacional, quando julgados reproduzem coletâneas de ementas esparsas, sem qualquer investigação dos fatos que antecederam e motivaram a edição das decisões.

Para Nelson Nery Jr. e Georges Abboud,

"Hodiernamente, parece haver uma verdadeira fetichização por parcela de nossa doutrina em relação ao *common law*, de modo que as diversas reformas legislativas ou teorias são justificadas sob o argumento de que elas seriam oriundas do *common law*. Em nosso imaginário, o *common law* é, por diversas vezes, apontado como a solução para os principais problemas de nosso sistema judiciário, e.g., multiplicidade de processos, insegurança jurídica e decisões divergentes sobre a mesma questão fática."(27)

Mais adiante, concluem o raciocínio da seguinte maneira:

"Contudo, após uma breve análise do *common law* e, respectivamente, da doutrina dos precedentes e do sistema do *stare decisis*, constata-se a impossibilidade de pretender instituir esses mecanismos no Brasil mediante alterações legislativas. Isso porque o sistema de precedentes e o *stare decisis* não surgiram e se consolidaram no *common law* repentinamente. Muito diversamente, são frutos do desenvolvimento histórico da experiência jurídica daquelas comunidades, de modo tão evidente que, na Inglaterra ou nos Estados Unidos, o respeito ao precedente é possível mesmo inexistindo qualquer regra legal ou constitucional que explicita a obrigatoriedade de se seguir o precedente, ou que lhe atribua efeito vinculante."(28)

Nos tópicos 3 e 3.1, restou evidenciado que a doutrina do caráter vinculante dos precedentes evoluiu e ganhou destaque no Brasil por força das transformações do nosso ordenamento jurídico, seja doutrinariamente, seja no âmbito legislativo, não podendo ser aceita a crítica de que foi objeto de uma repentina e inesperada importação da tradição do *common law*.

É claro que a evolução e o desenvolvimento histórico do instituto, no *common law* inglês, se deu de maneira distinta daquela ocorrida aqui no Brasil, mas não se pode simplesmente aceitar que se trataria de uma mera alteração legislativa desconexa de outras mudanças normativas e sociais.

A professora Misabel Derzi também não demonstra simpatia com a doutrina dos precedentes:

"Em trabalhos recentemente publicados sobre a interpretação das súmulas no direito brasileiro, sejam essas vinculantes ou não, advertimos quanto aos riscos de uma postura hermenêutica que compreende a súmula apenas a partir do denominado princípio da 'praticidade', pois essa postura pode levar a uma administração da justiça informada exclusivamente por argumentos pragmáticos e voltada para uma padronização massificadora da atividade jurisdicional, fazendo o juiz se afastar de sua missão institucional de promover a individualização do direito, ajustando-o e reconstruindo-o por meio de interpretações construtivas no contexto de sua aplicação a casos concretos."(29)

Quanto ao argumento de que a resolução de conflitos de forma padronizada afastaria a individualização do direito e a interpretação construtiva dos magistrados, é preciso destacar que o ordenamento jurídico atual é formado por diversas normas abertas (cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados) e que permitir, a título de individualização, que cada julgador aplique tais normas, de maneira "construtiva", implicará a prolação de decisões judiciais essencialmente distintas para situações fáticas idênticas ou análogas.

E é justamente para acabar com esse tipo de atuação jurisdicional que os precedentes obrigatórios ganharam tamanha relevância.

Mais uma vez, as lições de Luiz Guilherme Marinoni merecem ser lembradas:

"Em outra perspectiva, a segurança jurídica reflete a necessidade de a ordem

jurídica ser estável. Esta deve ter um mínimo de continuidade. E isso se aplica tanto à legislação quanto à produção judicial, embora ainda não haja, na prática dos tribunais brasileiros, qualquer preocupação com a estabilidade das decisões. Frise-se que a uniformidade na interpretação e na aplicação do direito é um requisito indispensável ao Estado de Direito. Há de se perceber o quanto antes que existe um grave problema em um direito variável de acordo com o caso.”(30)

Tecidas essas premissas, resta concluir a ideia lançada na introdução do presente estudo.

## Conclusão

É preciso ter em mente que o ordenamento jurídico sofreu alterações fundamentais após a Constituição de 1988 e que foram as mudanças em seus próprios fundamentos que viabilizaram a aproximação do nosso sistema com o *common law* e a consequente assimilação do caráter vinculante dos precedentes.

Denota-se que se trata de caminho que vem sendo percorrido há tempos, não se confundindo com a pura e simples importação de estrangeirismos para tentar solucionar um problema concreto e atual do nosso Judiciário. Cuida-se de um caminho sem retorno e que culminou com a incorporação, no projeto de lei que institui o novo Código de Processo Civil, de um capítulo contendo cláusulas abertas e conceitos indeterminados sobre o novo papel da jurisprudência e dos precedentes no processo civil brasileiro.

Mas é preciso atentar que, “na realidade, não é o *civil law* ou o *common law* que irá determinar o nível de segurança jurídica de um sistema, mas sim a qualidade de suas decisões manifestadas por um Judiciário que efetivamente leve a sério seu dever de concretizar a Constituição e orientar a aplicação da lei em conformidade com ela”.(31)

As críticas são pertinentes e construtivas, em especial quando bem apontam que as decisões nacionais que se dizem baseadas em precedentes, em verdade, apenas indicam uma miscelânea aleatória de ementas como premissa para se chegar a uma conclusão de um conflito de interesse, e também quanto à ideia de que o precedente seria um modelo pronto e acabado de julgado, que permitiria que os casos futuros fossem solucionados com a simples repetição mecanizada da decisão anterior, mediante o atropelo de garantias constitucionais processuais fundamentais.

O assunto é recente e ainda causará perplexidade em muitos estudiosos e julgadores. Não há dúvidas de que a consolidação de sua aplicação fundamentada e coerente ainda enfrentará um considerável lapso temporal.

A inserção do tema no projeto do novo CPC objetiva segurança jurídica, previsibilidade das decisões, redução da litigiosidade, incentivo de acordos pré-processuais e consequente redução dos conflitos judicializados, mas não atingirá todas essas metas por si só. Como bem afirma Teresa Arruda Alvim Wambier: “Novas leis não operam milagres. O que faz milagres é a boa vontade dos homens”.(32)

Caberá, portanto, aos “homens”, sejam eles doutrinadores, sejam mesmo operadores do direito, contribuir para a efetiva solidificação e concretização do instituto dos precedentes vinculantes no processo civil brasileiro.

## Referências

ADONIAS, Antonio; DIDIER JR., Fredie (coord.). **O projeto do novo Código de Processo Civil**: estudos em homenagem ao Professor José Joaquim Calmon de Passos. Salvador: Jus Podivm, 2012.

ANDRADE, Sabrina Dourado França. **As cláusulas gerais e os conceitos jurídicos indeterminados**: desafios do Poder Judiciário em face do moderno processo civil brasileiro. Disponível em: <<http://atualidadesdodireito.com.br/sabrinadourado/2011/10/11/as-clausulas-gerais-e-os-conceitos-juridicos-indeterminados-desafios-do-poder-judiciario-em-face-do-moderno-processo-civil-brasileiro>>.

FREIRE, Alexandre; DANTAS, Bruno; NUNES, Dierle; DIDIER JR., Fredie; MEDINA, José Miguel Garcia; FUX, Luiz; CAMARGO, Luiz Henrique Volpre; OLIVEIRA, Pedro Miranda de (org.). **Novas tendências do processo civil**: estudos sobre o projeto do novo Código de Processo Civil. Salvador: Jus Podivm, 2013.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. 14. ed. rev. ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme. Aproximação crítica entre as jurisdições de civil law e de common law e a necessidade de respeito aos precedentes no Brasil. **Revista de Processo**, São Paulo, a. 34, n. 172, 2009, p. 175-232.

\_\_\_\_\_; MITIDIERO, Daniel. **Código de Processo Civil comentado artigo por artigo**. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Repercussão geral no recurso extraordinário**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

NOVELINO, Marcelo (org.). **Leituras complementares de Direito Constitucional**: Teoria da Constituição. Salvador: Jus Podivm, 2009.

TEPEDINO, Gustavo. **O Código Civil, os chamados microssistemas e a Constituição**: premissas para uma reforma legislativa. Disponível em: <<http://www.tepedino.adv.br/wp/wp-content/uploads/2012/09/biblioteca10.pdf>>. p. 3.

TORRES, Ricardo Lobo; KATAOKA, Eduardo Takemi; GALDINO, Flávio (org.);

TORRES, Silvia Faber (supervisora). **Dicionário de princípios jurídicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

## Notas

1. ATAÍDE JR., Jaldemiro Rodrigues de. Uma proposta de sistematização da eficácia temporal dos precedentes diante do projeto de novo CPC. In: ADONIAS, Antônio; DIDIER JR., Fredie (org.). **O projeto do novo Código de Processo Civil**: estudos em homenagem ao professor José Joaquim Calmon de Passos. Salvador: Jus Podivm, 2012. p. 363-364.

2. DANTAS, Bruno. Concretizar o princípio da segurança jurídica: uniformização e estabilidade da jurisprudência como alicerces do CPC projetado. In: FREIRE, Alexandre et al. (org.). **Novas tendências do processo civil**. Salvador: Jus Podivm, 2013. p. 125.

3. MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 61.

4. TORRES, Ricardo Lobo; KATAOKA, Eduardo Takemi; GALDINO, Flávio (org.) TORRES, Silvia Faber (supervisora). **Dicionário de princípios jurídicos**. Rio de

Janeiro: Elsevier, 2011. p. 456.

5. MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 65.

6. Princípio da segurança dos atos jurisdicionais. In: MARINONI, Luiz Guilherme; TORRES, Ricardo Lobo; KATAOKA, Eduardo Takemi; GALDINO, Flávio (org.). TORRES, Silvia Faber (supervisora). **Dicionário de princípios jurídicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 1225.

7. Idem, Ibidem, p. 1225.

8. LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 14. ed. rev. ampl. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 740.

9. ATAÍDE JR., Jaldemiro Rodrigues de. As tradições jurídicas de *civil law* e *common law*. In: FREIRE, Alexandre et al. (org.) **Novas tendências do processo civil**. Salvador : Jus Podivm, 2013. p. 558.

10. Idem, Ibidem, p. 564.

11. MARINONI, Luiz Guilherme. Aproximação crítica entre as jurisdições de *civil law* e de *common law* e a necessidade de respeito aos precedentes no Brasil. **Revista de Processo**, São Paulo, a. 34, n. 172, 2009, p. 206.

12. Idem, Ibidem, p. 206.

13. ATAÍDE JR., Op.cit., p. 583.

14. SARMENTO, Daniel. O neoconstitucionalismo no Brasil: riscos e possibilidades. In: NOVELINO, Marcelo (org.). **Leituras complementares de Direito Constitucional**: Teoria da Constituição. Salvador: Jus Podivm, 2009. p. 32.

15. TEPEDINO, Gustavo. **O Código Civil, os chamados microssistemas e a Constituição**: premissas para uma reforma legislativa. Disponível em: <<http://www.tepedino.adv.br/wp/wp-content/uploads/2012/09/biblioteca10.pdf>>. p. 3.

16. ANDRADE, Sabrina Dourado França. As cláusulas gerais e os conceitos jurídicos indeterminados: desafios do Poder Judiciário em face do moderno processo civil brasileiro. Disponível em: <<http://atualidadesdodireito.com.br/sabrinadourado/2011/10/11/as-clausulas-gerais-e-os-conceitos-juridicos-indeterminados-desafios-do-poder-judiciario-em-face-do-moderno-processo-civil-brasileiro/>>.

17. TEPEDINO. Op.cit., p. 13.

18. ATAÍDE JR. Op. cit., p. 589.

19. MARINONI. Op. cit., p. 184.

20. MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Repercussão geral no recurso extraordinário**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 15.

21. MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Código de Processo Civil**



**comentado artigo por artigo**. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2010. p. 588.

22. Lei nº 9.868/99.

23. Lei nº 9.882/99.

24. MARINONI, Luiz Guilherme. Uma nova realidade diante do projeto de CPC: a *ratio decidendi* ou os fundamentos determinantes da decisão. In: FREIRE, Alexandre et al. (org.). **Novas tendências do processo civil**. Salvador: Jus Podivm, 2013. p. 810.

25. MEDINA, José Miguel Garcia; FREIRE, Alexandre; FREIRE, Alonso Reis. Para uma compreensão adequada do sistema de precedentes no projeto do novo Código de Processo Civil brasileiro. In: FREIRE, Alexandre et al. (org.). **Novas tendências do processo civil**. Salvador: Jus Podivm, 2013. p. 698.

26. MARINONI. Op. cit., p. 810.

27. NERY JR., Nelson; ABBoud, Georges. *Stare decisis* vs Direito jurisprudencial. In: FREIRE, Alexandre et al. (org.). **Novas tendências do processo civil**. Salvador: Jus Podivm, 2013. p. 486.

28 NERY JR., Nelson; ABBoud, Georges. Op. cit., p. 489.

29. DERZI, Misabel de Abreu Machado; BUSTAMENTE, Thomas da Rosa de. O efeito vinculante e o princípio da motivação das decisões judiciais: em que sentido pode haver precedentes vinculantes no Direito brasileiro. In: FREIRE, Alexandre et al. (org.). **Novas tendências do processo civil**. Salvador: Jus Podivm, 2013. p. 333-334.

30. Princípio da segurança dos atos jurisdicionais. In: MARINONI, Luiz Guilherme; TORRES, Ricardo Lobo; KATAOKA, Eduardo Takemi; GALDINO, Flávio (org.). TORRES, Silvia Faber (supervisora). **Dicionário de princípios jurídicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 1226.

31. NERY JR., Nelson; ABBoud, Georges. Op. cit., p. 486.

32. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Concretizar o princípio da segurança jurídica: uniformização e estabilidade da jurisprudência como alicerces do CPC projetado. In: FREIRE, Alexandre et al. (org.). **Novas tendências do processo civil**. Salvador: Jus Podivm, 2013. p. 125.

**Referência bibliográfica** (de acordo com a NBR 6023:2002/ABNT):

CHARAN, André Luís. Os precedentes obrigatórios no Direito Processual Civil brasileiro: uma necessidade. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 63, dez. 2014. Disponível em: < [http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao063/Andre\\_Charan.html](http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao063/Andre_Charan.html) > Acesso em: 08 jan. 2015.